



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO GESTÃO PÚBLICA TECNÓLOGO
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA**

ANACLÉTO ANDERSON MELO RODRIGUES

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO
CONTROLE DE GASTOS: um estudo de caso no município de Alagoinha/PB**

**CAMPINA GRANDE
2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ANA CLÉTO ANDERSON MELO RODRIGUES

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO
CONTROLE DE GASTOS: um estudo de caso no município de Alagoinha/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao departamento do Curso de Gestão Pública, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Gestão Pública.

Área de concentração: Execução orçamentaria, planejamento contábil.

Orientadora: Profa. Esp. Paoline Levy P. Almeida

**CAMPINA GRANDE
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R696i Rodrigues, Anacleto Anderson Melo.
A importância da contabilidade aplicada ao setor público no controle de gastos [manuscrito] : um estudo de caso no município de Alagoinha/PB / Anacleto Anderson Melo Rodrigues. - 2021.
26 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2021.
"Orientação : Profa. Esp. Paoline Levy P. Almeida, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."
1. Gestão pública. 2. Contabilidade pública. 3. Tomada de decisão. I. Título

21. ed. CDD 351

ANACLÉTO ANDERSON MELO RODRIGUES

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO
CONTROLE DE GASTOS: um estudo de caso no município de Alagoinha/PB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao departamento do Curso
de Gestão Pública, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do grau de bacharel
em Gestão Pública.

Área de concentração: Execução
orçamentaria, planejamento contábil.

Aprovada em: 23/03/2021

BANCA EXAMINADORA

Almeida

Profa. Esp. Paoline Levy Pereira Almeida (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB)

Freire do Monte Santos
ADMINISTRADORA
CRA-PB. 1-2940

Profa. Dra. Freire do Monte Santos
Administradora

Julio Cesar Justino
ADMINISTRADOR
CRA-PB. 2-5253

Prof. Esp. Júlio Cesar Justino de Assis
Administrador

RESUMO

A Contabilidade Pública é a uma área que permite manter o controle do patrimônio público. A administração pública anda de mãos dadas com a Contabilidade Pública, sem ela torna-se impossível uma boa gestão e tomadas de decisões assertivas. A contabilidade pública oferece informações que podem evidenciar o comportamento da receita e despesa orçamentaria, dados esses que são essenciais para o aperfeiçoamento da gestão governamental além de possibilitar a transparência para a população. O presente trabalho tem como intuito analisar a função da contabilidade pública na Prefeitura Municipal de Alagoinha/PB e a sua influência na tomada de decisões e emprego dos recursos pelos gestores. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico para referenciar conceitos que foram utilizados na análise da pesquisa. Para alcançar o objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, aplicando uma abordagem do problema de forma qualitativa. Os dados coletados e analisados tiveram como base entrevistas aplicadas a gestora e ao pessoal responsável pelo setor contábil do município. Através da pesquisa fica evidente o quanto a contabilidade aplicada ao setor público está se tornando uma ferramenta primordial para os gestores públicos em suas tomadas de decisões, e melhor aplicabilidade dos recursos municipais.

Palavras-Chave: Contabilidade Pública. Gestão Pública. Tomada de decisão.

ABSTRACT

Public Accounting is an area that allows you to keep control of public assets. Public administration goes hand in hand with Public Accounting, without it, good management and assertive decision making are impossible. Public accounting offers information that can show the behavior of budget revenue and expenditure, data that are essential for the improvement of government management in addition to enabling transparency for the population. This paper aims to analyze the role of public accounting in the Municipality of Alagoinha / PB and its influence on decision making and use of resources by managers. To this end, a bibliographic survey was carried out to reference concepts that were used in the analysis of the research. To achieve the objective, a descriptive and exploratory research was carried out, applying a qualitative approach to the problem. The data collected and analyzed were based on interviews applied to the manager and the personnel responsible for the municipality's accounting sector. Through the research it is evident how much the accounting applied to the public sector is becoming a primordial tool for the public managers in their decision making, and better applicability of the municipal resources.

Keywords: Public Accounting. Public Management. Decision making.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA	Lei Orçamentaria Anual.
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal.
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade.
RGF	Relatório de Gestão Fiscal.
PPA	Plano Plurial.
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
SISTN	Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Estados e Municípios.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	Contabilidade Pública	9
2.2	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	10
2.3	Pilares da LRF	11
2.3.1	<i>Planejamento</i>	11
2.3.2	<i>Transparência</i>	12
2.3.3	<i>Controle</i>	14
2.3.4	<i>Responsabilidade</i>	15
2.3.5	<i>Utilizando a LRF na tomada de decisões</i>	15
3	METODOLOGIA	16
4	APRESENTAÇÃO ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
4.1	Análise e interpretação do ponto de vista da Gestora	18
4.2	Análise e interpretação do ponto de vista da Contabilidade	19
4.2.1	<i>Planejamento e execução orçamentária</i>	20
4.2.2	<i>Controle na execução orçamentária</i>	20
4.2.3	<i>Acompanhando a execução orçamentária</i>	21
4.2.4	<i>Modernização na contabilidade pública</i>	21
4.2.5	<i>Prestação de contas</i>	22
4.3	Como as decisões do gestor público podem ser influenciadas pela contabilidade	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade utilizada nas organizações que recebem recursos públicos, é a contabilidade pública. Baseada na Lei 4.320/64, responsável pela previsão da receita e a fixação da despesa do orçamento público aprovado para o exercício, acompanha a execução orçamentaria e compara a receita prevista com as despesas realizadas. Nesse contexto, a contabilidade é peça chave para uma boa execução orçamentaria, ela é capaz de gerar os principais relatórios indispensáveis para os gestores utilizarem na tomada de decisões.

O setor contábil na gestão pública tem interesse em todos os atos realizados pelos administradores, sejam sobre o orçamento ou não. Objetivando assim as informações atualizadas e exatas que por fim são transformadas em informações monetárias, informando também sobre as transações realizadas para a tomada de decisões pelo gestor em cumprimento da legislação vigente.

No cenário atual as mudanças que ocorreram com a gestão governamental podem alterar de alguma forma a contabilidade pública no Brasil em relação a contabilidade pública aplicada no resto do mundo, o orçamento vem sendo utilizado cada vez mais como um instrumento para planejamento e controle, dessa forma facilitando e ajudando os gestores em suas tomadas de decisões.

Cada vez mais a contabilidade pública vem se tornando uma fonte geradora de informações, moderna e segura, que ajuda a administração a tomar decisões de avaliar seu desempenho e controlar o orçamento e gastos. Dessa forma entende-se que a contabilidade não tem apenas a função de registro das informações de despesas e receitas por exemplo, mas também tem o papel de ajudar a tomada de decisões utilizando os dados gerados através de relatórios bem construídos e esclarecedores.

Para uma boa administração e bom emprego dos recursos públicos, deve-se recorrer a relatórios e análises, não só para reduzir a quantidade de erros e acabar com as irregularidades, mas também para transmitir a população os cuidados com os recursos públicos, e os resultados obtidos.

A administração pública precisa seguir o cumprimento de metas estabelecidas nas ferramentas orçamentarias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO), Lei orçamentaria anual (LOA), todas de interesse público e que visam o melhor uso possível dos recursos públicos.

Os gastos públicos são os principais meios que o governo encontra para manifestar suas prioridades em relação a prestação de serviços à população e investimentos para o município. São vários os fatores que determinam o nível de gastos de alguma cidade por exemplo, dentre eles: a capacidade de receitas, mudanças políticas, problemas sociais, tecnologia e renda.

Neste contexto, das informações e dados fornecidos pelo setor de contabilidade, esse trabalho tenta responder a seguinte questão de pesquisa: **Com o fornecimento dos relatórios contábeis, o gestor público terá condições de tomar decisões para uma boa administração e emprego dos recursos públicos?**

Como resposta a esse questionamento, busca-se analisar a função da contabilidade pública na Prefeitura Municipal de Alagoinha/PB.

Para tanto, esta pesquisa passará pelas etapas específicas a saber: Identificar como é realizada a Contabilidade na Prefeitura da cidade de Alagoinha; Descrever as ferramentas utilização na gestão dos recursos públicos Alagoinha/PB; Analisar como as decisões do gestor público podem ser influenciadas pelos resultados da contabilidade pública e Analisar através de entrevista a importância da contabilidade pública na tomada de decisões do gestor.

A relevância desse trabalho se justifica pelo fato de que a Contabilidade Pública, está diretamente ligada a administração dos recursos públicos. E entender como a Contabilidade Pública pode ajudar os gestores na tomada de decisões e empregabilidade dos recursos. Bem como destacar a importância da contabilidade pública para a sociedade em geral, através dos relatórios e dados disponibilizados a população, a serão utilizados na fiscalização dos gastos públicos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Contabilidade Pública

Contabilidade pública é o ramo que coleta, registra e controla os atos e fatos relacionados ao Patrimônio Público e suas variáveis, como também acompanhando a execução das despesas públicas (ALMEIDA, 1994).

A contabilidade aplicada a Administração Pública, tem evoluído gradativamente, com a chegada da lei 4.320, de 17 março de 1964 que institui

normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Com o passar dos anos a Contabilidade aplicada ao Setor Público, atravessou mudanças que fizeram com que os métodos de controle fossem aprimorados, buscando sempre uma maior veracidade das informações contábeis.

A contabilidade Pública registra a previsão de receita e a fixação de despesa, previstas no orçamento anual aprovado para o exercício, escriturando a execução da receita e da despesa, comparando entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controlando as operações de créditos, dívida ativa, valores, créditos e obrigações, variações patrimoniais e mostra o valor do patrimônio (PIRES, 2002).

Dessa forma podemos definir a Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos.

2.2. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal, neste caso, a Lei Complementar nº101, que foi sancionada no dia 04 de maio de 2000, objetivando atender a Constituição Federal no que diz respeito a Tributação e Orçamento Público:

§ 9º - Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988)..

Com a chegada da Lei de Responsabilidade Fiscal, contadores do setor público tiveram que adequar-se aos novos limites, prazos e elaboração de relatórios contábeis impostos pela nova lei.

Outra mudança causada pela Lei de Responsabilidade fiscal e não menos importante, foi a transparência das finanças públicas, assegurada através do artigo 48 da referida lei:

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009). I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009). (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000).

Sendo assim, qualquer cidadão que tenha interesse em acompanhar os gastos públicos do seu município ou estado, por exemplo, tem total acesso aos relatórios contábeis divulgados em portais da transparência.

A Lei de Responsabilidade Fiscal apoia-se em pilares norteadores, para assim alcançar seu objetivo.

2.3. Pilares da LRF

A LRF se apoia em quatro pilares, definidos com clareza na constituição de 1988. Que são: planejamento, transparência, controle e a responsabilidade.

2.3.1. Planejamento

O planejamento é definido como sendo um objetivo esperado, bem como os meios necessários para alcançá-lo. Sendo assim, o Planejamento Fiscal é um dos pilares da LRF que busca atender as necessidades coletivas e públicas com ações previamente formuladas.

Os instrumentos de um planejamento são: Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e Lei Orçamentaria Anual (LOA).

O Plano Plurianual (PPA) tem como objetivo estabelecer diretrizes para alcançar determinadas ações, objetivos e metas do governo para o período de quatro anos. Sua elaboração é feita no primeiro mandato do chefe do executivo e a vigência se dá a partir do segundo mandato.

Andrade (2012, p.24) define o Plano Plurianual como:

Um programa de trabalho elaborado pelo Executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua posse, atingindo o primeiro exercício financeiro do próximo mandato. É a transformação, em lei, dos ideais políticos divulgados durante a campanha eleitoral, salientando os interesses sociais.

Em sequência temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como segundo instrumento do planejamento. A LDO tem o objetivo de identificar as prioridades das metas estabelecidas no Plano Plurianual para cada ano, como também orientar na elaboração dos orçamentos anuais.

Tannuri et al (2013, p. 72) esclarece a função da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, com duração de um exercício, define as metas e prioridades, engloba as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, conforme os preâmbulos estabelecidos pelo Plano Plurianual.

A LDO deve ser apresentada com o Anexo de Metas Fiscais, que é um relatório que avalia o desempenho fiscal dos anos anteriores e orienta como proceder na política fiscal nos exercícios seguintes.

Andrade (2012, p.32) esclarece a importância da apresentação do Anexo de Metas Fiscais:

A elaboração desse anexo está obrigada para todos os municípios independentemente do número de habitantes. A não apresentação desse anexo implicará penalidade para o gestor público, especialmente o Chefe do Poder Executivo, de valor equivalente a 30% de seus vencimentos anuais, na forma do art. 5º da Lei nº 10.028/2000.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o terceiro instrumento de planejamento, que visa alcançar e executar os objetivos planejados no Plano Plurianual e cumprir as prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LOA é um instrumento de gerenciamento que permite o equilíbrio das receitas e despesas.

A Lei Orçamentária Anual, prevista no artigo 165, parágrafo 5º da Constituição Federal, é o mais importante instrumento de gerenciamento orçamentário e financeiro da Administração Pública, cuja principal finalidade é administrar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas. Conforme o artigo 35 do ADCT, o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro (final de agosto) e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa (até meados de dezembro). Estes prazos, em geral, também são observados pelos Estados e Municípios. (NASCIMENTO, 2002).

A LOA é extremamente importante no gerenciamento do orçamento anual, tem como principal finalidade controlar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas, por esse fato ela é fundamental para a administração pública.

2.3.2. Transparência

A Transparência vem da disponibilização dos instrumentos de planejamento, das prestações de contas e o respectivo parecer prévio, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e a sua versão simplificada e o Relatório de Gestão Fiscal e a sua versão simplificada.

No artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal são definidos com clareza os instrumentos de transparência:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000).

Quando esses relatórios são disponibilizados em meios eletrônicos, a sociedade em geral pode acompanhar o andamento da administração e das contas públicas; Neste sentido o Relatório Resumido da Execução torne-se indispensável.

O relatório de Execução Orçamentaria (RREO), é um instrumento de transparência, que tem finalidade de acompanhar as atividades financeiras e a gestão fiscal. Segundo Nascimento “[...] Trata-se de um documento cuja publicação é comandada pela própria Constituição Federal, por intermédio § 3º do art. 165, devendo ocorrer em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre [...]” (NASCIMENTO, 2002).

Ainda de acordo com Nascimento (2009, p.78):

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária é composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são o balanço orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o demonstrativo de execução das receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O RREO é publicado a cada bimestre, até trinta dias no máximo de seu encerramento. Se este prazo não for respeitado, estará sujeito a sanções previstas no § 2º do art. 51 da LRF:

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000).

Ainda relacionado a transparência e acompanhamento das contas públicas, é disponibilizado o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que viabiliza para a sociedade as informações sobre os gastos no setor público. Os três poderes e o Ministério Público devem emitir o seu próprio relatório.

De acordo com Nascimento (2009, p. 81) o referido relatório deve constar:

As informações necessárias à verificação da conformidade, com os limites com que trata a LRF, das despesas com pessoal, das dívidas consolidadas e mobiliária, da concessão de garantias, das operações de crédito e das despesas com juros; o elenco de medidas adotadas com vistas à adequação das variáveis fiscais aos seus respectivos limites; tratando-se do último quadrimestre, demonstração das disponibilidades ao final do exercício financeiro e das despesas inscritas em restos a pagar.

Este relatório deve ser publicado quadrimestralmente e disponibilizados nos meios eletrônicos, a exemplo do Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios (SISTN) e nos próprios sites de transparência do governo.

Além das ferramentas de transparência adotadas pela união, para o controle de gastos e coletas de informações de programas e recursos, terão que ser mantidos também o portal da transparência do município, esse portal deverá ser alimentado diariamente com as informações contábeis de gastos e investimentos do órgão. Na Paraíba por exemplo, além do portal da transparência individual, que deve ser mantido atualizado no site da instituição, o SAGRES (Portal da transparência do Tribunal de Contas do Estado) órgão fiscalizador de gastos e investimentos dos municípios e estados, também deve ser alimentado diariamente com todas as ações contábeis e movimentações dos gastos e investimentos dos municípios e estado.

2.3.3 Controle

Se faz necessária a fiscalização das atividades planejadas, se elas estão sendo cumpridas, diante dos planos traçados pela esfera Federal, Estadual e Municipal.

Outra forma de controle é o incentivo da parceria entre a sociedade e as atividades governamentais que segundo Lira e Colaboradores (2003, p. 68 apud EVANGELISTA, 2010, p.15):

A atuação conjunta entre governo e sociedade pode resultar em valiosos ganhos econômicos, sociais e culturais. Os ganhos econômicos são os advindos dos recursos que o controle social pode evitar que sejam

escoados pela corrupção. Os ganhos sociais advêm da elevação da qualidade dos serviços prestados à população pela administração pública e da melhora dos indicadores sociais relativos à saúde e à educação. Os ganhos culturais advêm do fortalecimento de valores importantes para a cidadania, como a responsabilidade sobre a coisa pública.

Desse modo, a população passa a participar ativamente do controle e fiscalização das contas públicas, verificando se as ações estão sendo compatíveis com os planos originais. Com a alavancada da tecnologia, o cidadão está cada vez mais próximo das informações contábeis pertinentes ao seu município e estado, possibilitando assim a fiscalização de forma rápida e eficaz. Tornando-se assim a revisão dos limites expressos pela Lei de Responsabilidade Fiscal uma forma de manter o controle das contas públicas.

2.3.4 Responsabilidade

O último alicerce, referente à responsabilidade, é importantíssimo, pois ele impõe ao gestor público o cumprimento da lei, sob pena de responder por seus atos e sofrer as sanções inseridas na própria Lei.

2.3.5 Utilizando a LRF na tomada de decisões

Com ajuda dos relatórios contábeis exigidos pela Lei de responsabilidade fiscal, o gestor pode tomar as melhores decisões para empregar os recursos que são confiados a ele. Os exemplos a seguir mostram na prática o processo decisório na formação dos relatórios de planejamento da Lei de responsabilidade fiscal.

A PPA em sua elaboração tem como meta a melhoria do ensino e a qualidade da educação do ensino médio de uma cidade, para chegar a esse objetivo se faz necessário a construção de duas escolas e a contratação de um número maior de professores, nesse caso vemos que temos os exemplos de objetivos esperados para a ação e os meios para alcançar esse objetivo. A LDO nesse caso é elaborada para identificar as prioridades da PPA, que seria em quais localidades do município se faz mais necessária a aplicação desses recursos. Tendo todo esse planejamento pronto, a LOA tem a função de colocar em prática a construção das escolas e a contratação de professores, seguindo sempre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3. METODOLOGIA

A abordagem da metodologia científica está ligada às principais normas para a produção científica. Ela formata e oferece técnicas, instrumentos e os objetivos para o desenvolvimento do trabalho científico, visando obter um bom desempenho com alta qualidade de conteúdo e significação. Através da metodologia científica, o projeto busca responder a uma ou mais questões abordadas pelo pesquisador que se concentram em um tema ou determinado propósito de gerar de conhecimento.

Para possibilitar a realização deste estudo e fundamentar os dados que serão expostos se fez necessário o emprego de técnicas de pesquisa, tais quais como: pesquisa descritiva, pesquisa exploratória, estudo de caso, bibliografia e a pesquisa qualitativa utilizada na coleta de dados.

Este trabalho é classificado como pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre as variáveis.

Segundo Marconi e Lakatos (2006, p 190), pesquisa também é classificada como exploratória, pois os estudos exploratórios são investigados por pesquisa empírica, formulando questões para o desenvolvimento de hipóteses, visando esclarecer os conceitos para a elaboração de pesquisas mais precisas.

Para o aspecto técnico o procedimento escolhido é o estudo de caso, que segundo Pinheiro (2010), é uma técnica que proporciona um estudo arraigado e um tanto exaustivo de uma ou poucas partes de modo a permitir o seu amplo detalhado conhecimento das informações.

Bem como também será aplicado a pesquisa bibliográfica, para embasar as principais teorias que norteiam o trabalho científico.

Essa pesquisa teve como base a Prefeitura municipal de Alagoinha/PB, confrontando e analisando as informações fornecidas pelo setor de contabilidade com a relevância desses dados no processo decisório da gestão municipal.

A prefeitura objeto do estudo está localizada na Rua Maria da Glória de Aquino de Oliveira, número 39. A atual prefeita é a senhora Maria Rodrigues de Almeida Farias, ela conta com o total de 07 (sete) secretarias que auxiliam na

administração, são elas: Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Educação, Esportes e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana e Secretaria de Articulação Política.

Os escolhidos para responder a entrevista foram, a Prefeita Municipal, por ser a responsável pelo processo de tomada de decisão, e o Contador do município e sua equipe de contabilidade, que são responsáveis por fornecer os dados necessários para a análise no processo decisório.

A coleta de dados teve como base um roteiro de perguntas previamente planejado pelo entrevistador, mas deixando os entrevistados a vontade para responder o que melhor lhe convém.

Dessa forma a pesquisa realizada com o objetivo de identificar, através de questionamentos, resultados relevantes e fidedignos quanto os objetivos desta deste trabalho.

Os resultados da pesquisa tentam entender o quanto a gestão utiliza as informações contábeis e o quanto essas informações influenciam a tomada de decisões afim de estabelecer um bem comum a população.

Todas informações que serão apresentadas foram extraídas utilizando a aplicação de questionário em forma de entrevista, como técnica de coleta de dados, neste sentido foram entrevistados a Prefeita Constitucional, o Contador do município e sua equipe.

Os questionamentos desenvolvidos para essa pesquisa buscam atender os objetivos desse trabalho. Foram utilizados dois conjuntos de perguntas distintos para obter os dados almejados. O primeiro composto por cinco perguntas, foi direcionado a gestora e buscam entender o quanto é importante a informação contábil para a sua tomada de decisões.

Em seguida, um outro roteiro o foi apresentado ao responsável pelo setor contábil, com o intuito de entender como se da os planejamentos e execuções orçamentarias, o acompanhamento da execução do orçamento, a apresentação de contas da execução orçamentaria, e o quanto a modernidade da contabilidade pública. Uma estrutura adaptada do trabalho monográfico OLIVEIRA, Liliane. "O papel da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Processo de Tomada de Decisões: Um estudo de Caso no Município de Santana do Seridó/RN, (2017).

Com a realização da pesquisa, o próximo passo é a transição dos dados coletados. Todas as repostas foram organizadas de acordo com sua temática, e assim foi realizada a análise de conteúdo, com o intuito de extrair o melhor conteúdo pelo fato de a pesquisa tentar alcançar o melhor discurso do entrevistado.

Para a caracterização foi utilizado a pesquisa qualitativa que segundo Pinheiro (2010), apresenta-se como experiências para compreensão mais detalhada do que significa e de como se caracteriza a situação que o entrevistado apresenta.

Por não seguir cronograma a pesquisa qualitativa permite que o entrevistado expresse seu ponto de vista livremente.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise e interpretação do ponto de vista da Gestora

Nessa etapa do trabalho foram utilizadas cinco perguntas feitas a gestora municipal da cidade de Alagoinha/PB. Buscando entender como a mesma leva em consideração e toma como base as informações contábeis enquanto sua função de gestora deste município.

Primeiramente lhe foi perguntado o quanto a contabilidade pública é importante nas suas tomadas de decisões, através das informações geradas pelo setor. Em resposta ela diz que não existe uma boa gestão sem o auxílio dos dados gerados pela contabilidade, que as informações contábeis são de extrema importância na sua tomada de decisões, que não é possível fazer um planejamento a médio ou longo prazo sem o auxílio das informações contábeis. Pela resposta obtida é possível entender que os dados apresentados a gestora influenciam no seu planejamento de gestão, o seu planejamento se adequa em relação aos lançamentos contábeis diários, que vão mudando a perspectiva dos relatórios apresentados.

Em seguida foi perguntado se em algum momento, a contabilidade a havia alertado para uma tomada de decisão pertinente a realidade do município. Nesse caso, quase sempre a contabilidade me faz esse alerta, através dos relatórios contábeis que me são apresentados, consigo ter uma noção melhor de onde os recursos do município estão sendo aplicados e aonde precisamos dar um pouco mais de atenção. O uso dos relatórios gerados pela contabilidade se evidencia na

tomada de decisões da gestora, na aplicação de recursos para o município. Um exemplo simples a ser mencionado é o relatório de restos a pagar, que mostra o quanto a administração está em débito com fornecedores e encargos por exemplo. Possibilitando a tomada de decisão de segurar um pouco os gastos do município para poder horar o que já está empenhado e não ainda não foi pago. Além disso, é através desses relatórios que o gestor sabe o quanto do percentual está sendo aplicado em diferentes áreas do município, podendo assim direcionar os recursos necessários para os setores mais carentes naquele momento.

A terceira pergunta, foi feita em consequência da segunda resposta. Foi perguntado como os relatórios contábeis são apresentados para a gestora. Em resposta foi dito que os relatórios são apresentados de forma simples, mas esclarecedora, a fim de facilitar o seu entendimento e apontar os principais pontos da administração. A forma com que os relatórios contábeis são apresentados é muito importante, pois eles têm que ter a função de informar sobre seus dados pertinentes, mas ao mesmo tempo tem que ser apresentado de maneira clara e objetiva para um bom entendimento.

No quarto quesito a gestora foi indagada sobre qual relatório contábil era mais relevante na sua tomada de decisões. Ela esclarece que analisa todos os relatórios fornecidos com a mesma importância, tendo em vista que cada um deles lhe traz informações distintas que são relevantes para uma boa gestão. Entende-se ainda mais a importância dos relatórios contábeis na tomada de decisões da gestora, pois os relatórios tem diferentes fins, mas a mesma importância na sua tomada de decisões.

Por fim, o quinto e último quesito questiona como a contabilidade contribui com seu processo decisório. Ela ressalta mais uma vez que a contabilidade é fundamental na sua tomada de decisões e enfatiza que todas as suas ações tem influências dos relatórios gerados pela contabilidade. Deixando evidente a importância da contabilidade em uma boa gestão de recurso e principalmente nas tomadas de decisões.

4.2. Análise e interpretação do ponto de vista da contabilidade

Nessa etapa do estudo, vamos ter o ponto de vista relativo ao setor contábil da prefeitura municipal de Alagoinha-PB, assim como a entrevista feita a gestora do

município, este também contará com cinco pontos indagados ao responsável pela área contábil do município.

4.2.1. Planejamento e Execução Orçamentária

Nessa primeira questão apresentada ao setor contábil, foi questionado: Qual a participação da contabilidade na elaboração do PPA, da LDO e da LOA? Em resposta ficou claro que a contabilidade tem ligação direta e efetiva na criação desses planejamentos, tendo em vista que a mesma é responsável pela elaboração destes instrumentos em conjunto com o poder Executivo do município, demonstrando também que com esse trabalho em comunhão da Contabilidade com o poder executivo, diminui falhas relativas aos princípios da legalidade.

Analisando os dados fica claro a importância do setor contábil na elaboração de peças que são primordiais para a administração, auxiliando na distribuição dos gastos dos recursos, nas áreas mais necessitadas do município.

Continuando a análise do planejamento, foi questionado se o município conseguia atingir as metas previstas na LDO, sem que seja preciso qualquer tipo de alteração na LOA. A resposta é que nem sempre é possível cumprir as metas sem que haja nenhum tipo de alteração da LOA, que os ajustes se dão com relação a realidade vivida mês a mês pelo município, que apesar das estimativas, imprevistos podem alterar o planejamento.

Segunda a análise dos dados obtidos, apesar dos gestores utilizarem os dados contábeis para fins gerenciais, não se consegue cumprir algumas metas pré-estabelecidas na LDO, esse fato conta como ponto negativo para a gestão, pois os relatórios servem justamente para auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, o que não está acontecendo corretamente nesse caso.

Sobre as informações contábeis, e o quanto elas auxiliam as tomadas de decisões, a resposta é que as informações contábeis são como um guia para que o gestor possa tomar as melhores decisões para gerir o município, como também acompanhar as necessidades dos setores da sociedade.

4.2.2. Controle na Execução Orçamentária

Sobre o controle da execução orçamentaria e a participação da contabilidade na elaboração e apresentação dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, como o RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentaria e RGF Relatório de Gestão Fiscal. Quando perguntado sobre a elaboração de demonstrativo das ações ajuizadas para a

cobrança da dívida do município, o setor de contabilidade informou que o município elabora o relatório de forma fidedigna. O relatório da dívida ativa é elaborado ao término de cada exercício.

Ficou claro que a contabilidade tem participação direta tendo em vista que ela é responsável por elaborar e apresentar estes relatórios. Percebesse que a gestão busca os relatórios contábeis cada vez mais para ter como base nas suas ações, sempre respeitando a LRF Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.2.3. Acompanhando a Execução Orçamentária

No terceiro quesito apresentado ao responsável pela contabilidade, foi questionado o quanto a contabilidade acompanha a execução orçamentaria, em relação a análise e interpretação dos dados econômicos do município, em resposta foi indagado que a contabilidade tem a responsabilidade de emitir os relatórios que contém informações de extrema importância para os gestores, como já foi dito, estes se utilizam destas informações para tomadas de decisões afim do bom andamento da administração.

Com relação ao controle de despesas estabelecidos no orçamento, a contabilidade tem participação ativa? Como resposta também positiva, o responsável pela contabilidade ressaltou que a contabilidade é essencial para criação dos relatórios que identificam o cumprimento dos percentuais mínimos, estipulados para aplicação em programa de educação e saúde por exemplo.

4.2.4. Modernização da Contabilidade Pública

Nesse quesito, foi perguntado o quanto a contabilidade pública está se aprimorando para acompanhar a modernização das informações e a respeito das adaptações em que as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCASP impõe aos municípios. Em resposta foi dito que a contabilidade pública tem evoluído

acompanhando a tecnologia, a contabilidade aplicada na prática hoje é muito diferente de anos atrás, ainda estamos nos adaptando nesse sentido, com relação aos relatórios obtidos pelos sistemas de contabilidade, esses estão cada vez mais completos e esclarecedores, sobre o ato de contabilizar, o trabalho diário da contabilidade, a rotina vem sendo alterada ao longo do tempo, algumas coisas ainda precisam mudar, como a apresentação de balancetes por exemplo, hoje passamos por uma transição do papel para o digital, torcendo para que isso dê certo, pois é uma opção que vai agilizar o trabalho da contabilidade, sem perder a efetividade e relevância. A prática do empenho diário e importação das informações para o portal da transparência do município e o SAGRES são de grande valia para o município, dando mais esclarecimentos e credibilidade à população de como os recursos estão sendo aplicados. Também é de fundamental importância manter os servidores do setor sempre atualizados com relação às mudanças estabelecidas pela NBCASP, para isso existem cursos de aperfeiçoamento, para que sempre estejamos de acordo com as exigências para o setor.

Pelas informações concedidas fica evidente a mudança na forma da contabilidade no setor público com o passar do tempo. É cada vez mais notório que a apresentação de relatórios completos e de simples entendimento se tornou uma ferramenta de grande valia para os gestores tomarem as melhores decisões para o município.

4.2.5. Prestação de Contas

No quinto e último quesito desta pesquisa foi abordado o que diz respeito à prestação de contas, ficou constatado que essa também é função contabilidade, sendo responsável pela elaboração e apresentação dos relatórios obrigatórios. Através do site institucional, portal da transparência municipal e estadual, o governo tem que tornar públicas todas as informações de gastos e investimentos, em obediência à LRF, sendo possível o acesso de toda a população a essas informações, a gestão tenta demonstrar com clareza todas as ações, a fim de proporcionar a efetiva prestação de contas para a população e os órgãos fiscalizadores.

4.3. Como as decisões do gestor público podem ser influenciadas pelos resultados da contabilidade pública

Com todas as informações e dados obtidos na pesquisa é clara a influência da contabilidade na tomada de decisões do gestor público, através de relatórios bem elaborados e completos, o gestor tem a possibilidade de seguir o melhor caminho para empregar os recursos que lhe são confiados, não deixando uma área menos favorecida do que a outra, e sempre tendo a cautela de bater as metas e atingir os índices impostos por lei para cada seguimento do município, como saúde, educação e etc. Fica constatado que sem o auxílio da contabilidade e seus relatórios o gestor estaria governando as cegas, sem o rumo certo de aplicar e direcionar os recursos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, utilizando o embasamento teórico e analisando os dados obtidos por meio de entrevistas feitas a gestora do município e ao responsável pela contabilidade municipal, procurou-se entender a função da contabilidade pública no processo de tomada de decisões, afim de identificar a importância do estudo sobre contabilidade pública, tendo em vista que a mesma é responsável por apresentar informações em seu relatórios que influencia de forma direta na processo decisório de uma administração, além de ajudar na execução de projetos previstos no planejamento das ações do governo.

De acordo com a pesquisa deste trabalho, foram elaborados dois roteiros de perguntas subjetivas, porém com perguntas distintas, aplicando uma gestora e outro ao responsável pelo setor contábil, assim podendo confrontar os pontos de vistas dos entrevistados sobre a função e a importância da contabilidade pública sobre a tomada de decisões na gestão municipal.

Observou-se que a contabilidade pública busca sempre ajudar os gestores na sua tomada de decisões através do fornecimento de informações e dados pertinentes, além de está sempre presente em todas as fases do planejamento, bem como elaboração e execução do orçamento.

A contabilidade é a principal ferramenta para auxílio nos parâmetros legais que o gestor público tem, ela também é responsável pela elaboração de relatórios

obrigatórios, aos quais é possível identificar informações sobre gastos e controle para a administração.

Através dos dados obtidos nesta pesquisa, observou-se que a gestão do município da total importância e relevância aos dados contábeis, para tomada de decisões e para embasamento legal para fins gerenciais, este estreitamento positivo deve ser mantido e aperfeiçoado cada vez mais afim de melhorar os resultados positivos da gestão.

Com relação a modernização da contabilidade pública, a administração demonstrou interesse não só em se aperfeiçoar, mesmo de maneira um tanto quando superficial, como busca o aperfeiçoamento dos servidores do setor contábil, sempre mantendo-os atualizados sobre as mudanças e modernizações impostas sobre a NBCASP.

Observa-se que a contabilidade pública é uma ferramenta essencial para uma boa gestão. É peça fundamental, mas necessita de conhecimento elevado no assunto e aperfeiçoamento constante, para atingir os objetivos de forma eficaz.

Portanto como centro principal de pesquisa desse trabalho, e respondendo a indagação inicial desta pesquisa, apresenta-se a resposta positiva de que sim, a contabilidade influência de forma positiva e essencial no processo de tomada decisório dos gestores do município de Alagoinha/PB, pois a gestão sempre busca nas informações contábeis orientação e embasamento para tomar duas decisões com relação aos aspectos legais e gerenciais.

Essa pesquisa teve o propósito de despertar o interesse para o estudo da contabilidade aplicada ao setor público, verificando a sua importância na tomada de decisões dos gestores públicos, abrindo possibilidades para que novos estudos sobre esse tema sejam desenvolvidos.

Para futuras pesquisas sobre o assunto, recomenda-se que a pesquisa aborde outras esferas do poder público para o aprofundamento deste tema, com intuito de compara e aprimorar os resultados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. São Paulo: Saraiva, 1994.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 29 mar. 2014.

PIRES, João Batista Forte de Souza. **Contabilidade pública**. 7. ed. Brasília - DF: Athenas, 2002. PISCITELLI, R. B. et al. Contabilidade pública. **Uma abordagem da administração financeira pública**. São Paulo, Atlas, 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dão Outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em 29 mar. 2014.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TANNURI, Guillermina et al. Restos a Pagar: uma análise sobre o comprometimento da evidenciação das despesas públicas considerando a característica qualitativa de essência sobre a forma. **Revista Brasileira de Contabilidade**. V.42, p. 69-81, Novdez/2013.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal: LC 101 de 4 de Maio de 2000**. 2002 Disponível em: . Acesso em 29 mar. 2014.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Finanças Públicas para Concursos**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle Social Versus Transparência Pública: Uma Questão de Cidadania**. Disponível em: . Acesso em 29 mar. 2014.

PINHEIRO, Jose Mauricio dos Santos, **Da Iniciação Científica ao TCC**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna LTDA. 2010.

OLIVEIRA, Liliane Moraes de, **Um estudo de Caso no Município de Santana do Seridó/RN** (2017).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.